



# Crédito agrícola e sistema jurídico

LUCIANA FLORÊNCIO DE ALMEIDA \*, DÉCIO ZYLBERSZTAJN \*\*  
e ÉRICA GORGA \*\*\*

O acesso ao crédito é fundamental para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Estudos demonstram a ligação da expansão do mercado de crédito com a existência de um sistema jurídico adequado, que proporcione segurança jurídica ao credor quanto à recuperação rápida do financiamento concedido. O direito molda as transações realizadas entre os agentes econômicos, pois define as regras do jogo. Entretanto, na prática, pouco se sabe sobre como o sistema jurídico influencia a disponibilidade de crédito.

A proteção jurídica ao credor pressupõe a existência de legislação adequada e de cumprimento judicial das regras estipuladas pelos agentes econômicos em tempo desejável. Se os credores puderem reaver o crédito emprestado em caso de não pagamento a partir da execução das garantias do empréstimo e do constrangimento do devedor ao pagamento por via judicial, as taxas de juros serão mais baixas.

Por exemplo, a legislação de falên-

cia, ao determinar a ordem de prioridade de recuperação do crédito, pode afetar o custo manifestado no *spread* e na taxa de juros cobrados pelos agentes financeiros ao conceder empréstimos. O tempo gasto pelo credor para realizar a execução judicial de um contrato de mútuo varia e também influencia a disponibilidade de crédito.

Os ofertantes de crédito, devido às incertezas quanto à sua recuperação, irão contabilizar os riscos nas taxas de juros cobradas, reduzir a oferta e aumentar o rigor nos processos de seleção de tomadores. Nesse cenário, todos saem perdendo.

No Brasil, o subsídio ao financiamento do custeio agrícola, ainda que com papel fundamental na década de 60 com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), perdeu sua força no final da década seguinte. Nos anos 80, o crédito oficial ofertado

passou a um patamar cinco vezes inferior ao que havia se consolidado no período anterior.

Diante da expansão da atividade agrícola e da escassez de recursos, atores da iniciativa privada organizados em torno das cadeias produtivas da agropecuária, tais como indústria de insumo, bancos comerciais e *tradings*, aumentaram sua participação mediante a criação de linhas paralelas de financiamento. Dessa forma, o mercado reagiu à perda de capacidade financiadora do Estado, desenhando nova dinâmica de alocação de recursos. A seleção dos beneficiários do crédito passou a ser realizada a partir do desenvolvimento de mecanismos sofisticados para restringir os riscos de inadimplência assumidos pelas agências financiadoras.

Há um cenário de pouca disponibilidade de crédito para amortizar as despesas com custeio dos produtores, dada a pequena participação do crédito subsidiado e a volatilidade do crédito ofertado pelos agentes privados, como indústrias e *tradings*, que aumentam ou restringem a oferta, a depender do risco associado à transação. Esse risco está atrelado aos preços das *commodities*, à capitalização dos agricultores e à sua capacidade de honrar os financiamentos contraídos, à liquidez das garantias ofertadas na transação e ao tempo que o judiciário leva para determinar a execução dessas garantias e fazer valer os direitos estipulados nos títulos e contratos.

Além disso, deve-se considerar a atual situação dos agricultores, que diante da baixa dos preços no mercado internacional, já solicitam renegociação das dívidas contraídas na safra 2004/2005, as quais se somarão ao total do endividamento do setor, que, segundo o Banco do Brasil, está na ordem de R\$37 bilhões.

Nesse contexto, os agentes priva-

dos criam mecanismos para selecionar os tomadores de crédito, com o objetivo de reduzir o risco e diminuir a inadimplência. Estes mecanismos de controle de quebras contratuais podem ocorrer anteriormente ou posteriormente à contratação do crédito. Como

## Execução de um contrato de mútuo

País	Dias
Holanda	48
Japão	60
Coréia do Sul	75
França	75
EUA	250
Brasil	566

Fonte: Djankov et al. Private credit in 129 countries, 2003

precaução prévia, os agentes fazem uso de sistemas de informação e adotam cláusulas que estabelecem garantias contratuais que serão executadas no caso de possíveis inadimplências. Os mecanismos pós-contratuais são aqueles utilizados para a solução de conflitos. Eles podem ser de natureza privada, quando os agentes renegociam a dívida em acordos particulares, ou de natureza pública, quando as partes optam por recorrer ao sistema judicial para fazer valer os direitos creditícios.

Os mecanismos estabelecidos antes e depois da contratação do crédito são ferramentas imprescindíveis para definir os arranjos institucionais que irão prevalecer no mercado de crédito.

Em workshops realizados com agentes que atuam no financiamento para custeio da atividade agrícola, o estudo identificou fatores que dificultam o desenvolvimento desse mercado: a) problemas referentes ao registro de garantias, como, por exemplo, a delimitação geográfica de imóveis rurais hipotecados, a qual, baseada num sistema antigo de demarcação, possibilita o comportamento oportunista dos produtores na inscrição da matrícula de imóveis rurais; b) a inexistência de um mercado de seguro rural desenvolvido; c) fatores culturais que levam à maior taxa de inadimplência em determinadas regiões, entre outros.

Um fator apontado recorrentemente consiste na morosidade dos processos judiciais de execução de dívidas, determinada tanto por razões de infraestrutura como pela falta de oficiais de justiça em algumas regiões, quanto por razões de ordem processual, devido à ampla possibilidade de uso de recursos meramente protelatórios que adiam a recuperação do crédito.

Embora a execução dos títulos de crédito seja facilitada pelo ordenamento jurídico em razão da sua natureza de título certo, líquido e exigível, é na operacionalização da ação judicial que os problemas emergem. As indústrias processadoras e de insumo apontam riscos no uso do sistema judiciário em determinadas regiões do País, e essa situação é recorrente para qualquer que seja o contrato celebrado.

Em recente estudo sobre as diversas modalidades de CPR, o Banco

Mundial (Souza, R., Pimental, F. Study on cédula de produto rural (CPR): farm product bond in Brazil. New York: World Bank, 2005) sugere que o sistema judiciário esteja preparado para resolver as eventuais quebras contratuais com CPRs físicas, às quais são atribuídas maiores problemas no momento de alta de preços das commodities.

A renegociação privada da dívida se apresenta como instrumento utilizado pelos agentes credores em detrimento da execução judicial. A razão apontada para adoção desse mecanismo está na maior rapidez em recuperar o crédito associado a custos menores tanto para credores quanto para devedores.

Essa situação pode ser ilustrada pelo evento recente da renegociação do financiamento da safra 2004/2005 devido à seca que abateu diversas culturas e regiões do País, comprometendo a capacidade de pagamento dos produtores. Diante desse quadro, o custo de ir à justiça se torna proibitivo para os agentes. A renegociação privada com base na análise de risco de cada produtor, alinhavada às normativas do Ministério da Agricultura para o financiamento da safra 2005/2006, tem promovido ajuste nos pagamentos, com a prorrogação das parcelas.

Os agentes da indústria afirmam ainda a existência de um viés em setores da magistratura, no sentido do favorecimento dos devedores em razão da motivação ideológica do juiz que deseja realizar "justiça social". Este fator poderá ser reforçado pela nova doutrina jurídica da função social do contrato recepcionada pelo Novo Código Civil, o que pode ocasionar o receio de credores e aumento da insegurança quanto à recuperação do crédito.

Na prática, os agentes financeiros entrevistados relataram que possuem baixos níveis de inadimplência nos empréstimos que concederam. A razão para isso reside no rigor dos processos de avaliação de risco dos tomadores de crédito realizados pelos agentes financiadores, que acabam selecionando agriculto-

res com perfil de baixo risco.

Ocorre que tal nível baixo de inadimplência obtido com o uso dos mecanismos de filtragem ofusca o problema existente da pouca disponibilidade de crédito. As exigências do processo seletivo penalizam grande parcela dos agricultores. O crédito está sendo direcionado a poucos produtores, com potenciais implicações negativas para o desenvolvimento do setor produtivo.

A expansão do crédito no Brasil é condicionada pelo ambiente institucional que delinea as transações de crédito agrícola. A assimetria informacional é controlada pelos agentes financiadores por meio de instrumentos de análise de risco dos tomadores, entretanto, não elimina o risco inerente à natureza dessa operação. A redução dos riscos somente ocorrerá com o desenvolvimento de instrumentos anteriores à contratação do crédito, associados à maior segurança jurídica dos agentes financiadores, seja



pela legislação que garante os direitos do credor seja pela melhora no desempenho do judiciário e a conscientização dos juízes sobre os impactos econômicos de suas decisões. ■

\* Doutoranda em Administração da FEA/USP, e-mail: luflorencio@usp.br

\* Professor Titular do Departamento de Administração da FEA/USP, e-mail: dezyllber@usp.br

\*\*\* Doutora em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da USP, Pesquisadora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, e-mail: ericagorga@fgvsp.br.

*Os autores realizam a pesquisa "Contratos e Instituições nos Agronegócios" na USP, com o patrocínio da Fundação americana Tinker. O objetivo é analisar os arranjos institucionais vigentes no financiamento da produção agrícola e a forma como o sistema legal e os mecanismos privados e públicos de solução dos casos de inadimplência se articulam para garantir a oferta de crédito. Além disso, o estudo visa sugerir políticas públicas e estratégias privadas para a melhoria do ambiente de agronegócios.*